

10

CAPÍTULO

A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO: O PROJETO REVIVER DO CARIRI (CEARENSE) E A (RE)INTEGRAÇÃO SOCIAL DE DEPENDENTES QUÍMICOS

Camila Pereira Brígido Rodrigues¹

Maria Aline Pereira de Brito²

Izak Batista de Araújo³

Francisca Laudeci Martins Souza⁴

1 Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Bolsista de Iniciação Científica CNPQ. Contato: camilabrigido@hotmail.com.

2 Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri (URCA). Bolsista PIBIC-CNPq. Contato: linny_brito@hotmail.com, (88) 9949-8728.

3 Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri(URCA). Contato: izak-b@hotmail.com, (88) 9943-1362.

4 Doutora em Educação pela UERJ, professora associada do Departamento de Economia da Universidade Regional do Cariri (URCA) e Coordenadora do Grupo ECOS de estudos em Economia Solidária e Sustentabilidade. Contato: laudecimartins@yahoo.com.br, 9911-6085.

10.1 INTRODUÇÃO

As modificações estruturais, de ordem econômica e social, ocorridas no mundo nas últimas décadas, fragilizaram o modelo tradicional da relação capital - trabalho, de modo que é crescente o aumento da informalidade e precarização das relações formais. Nesse contexto, a economia solidária procura resgatar as lutas históricas dos trabalhadores que tiveram origem no início do século XIX, sob a forma de cooperativismo, como uma das maneiras de resistência contra o avanço avassalador do capitalismo industrial. No Brasil, ela ressurgiu no final do século XX como resposta dos trabalhadores às novas formas de exclusão e exploração no mundo do trabalho.

Novos modos de existência econômica, que se pautem em princípios diferentes daqueles propagados pela economia tradicional, ganham corpo e se fortalecem no século XXI. Isso porque os tempos que correm são marcados por crises que se justificam menos na conjuntura do que na estrutura da economia clássica. Ou seja, cresce o movimento que cada vez mais questiona os objetivos de maximização da produção, minimização dos custos e maximização dos lucros como alternativa única de produção e consumo. Neste cenário, partilha, comunhão e consumo consciente são apenas alguns dos conceitos que emergem a partir dos princípios da solidariedade e sustentabilidade.

Muito embora a economia solidária se manifeste no século XIX com o surgimento e avanço de outras formas de organização do trabalho, consequência, em grande parte, da necessidade dos trabalhadores de encontrarem alternativas de geração de renda, no século XXI a intensificação da destrutividade ambiental, por exemplo, tem colocado a humanidade em face de um conjunto de problemáticas que impactam direta ou indiretamente as condições de reprodução da vida planetária.

O aumento exponencial do lixo, a contaminação e redução das fontes de água potável, o aquecimento global, o desmatamento, a descartabilidade e a redução da biodiversidade são alguns dos fenômenos cada vez mais evidentes, afetando as possibilidades de reprodução do sistema do capital, além de impactarem as múltiplas formas de vida orgânica, sobretudo, a dos segmentos mais pauperizados das classes trabalhadoras. As alternativas, hegemonicamente presentes no debate ambiental, apontam para um conjunto de iniciativas de ordem técnica e comportamental, caucionadas na defesa do aprimoramento e da ecologização do capital: trata-se de um discurso que propala a capacidade do sistema de compatibilizar “desenvolvimento econômico e preservação ambiental”, desde que os indivíduos adotem posturas mais respeitosas para com a natureza. Sob o manto da responsabilidade socioambiental, os meios de comunicação enfatizam, cotidianamente, experiências bem sucedidas, iniciativas empresariais “sustentáveis”, revelando uma ofensiva ideológica sem par, cujo fim é convencer a todos que é possível superar a degradação ambiental sob o signo do capital (SANTOS et. al., 2012, p. 96).

Ou seja, as crises em curso no século XXI são transversais e interdisciplinares na medida em que suas causas e conseqüências não se assentam somente no mundo da economia pois perpassam o mundo da cultura, do ambiente, da educação e da justiça social, entre outros. Assim o são porque, menos do que advindas das relações históricas estabelecidas entre trabalho e capital, são questionamentos feitos à própria estrutura do capital e suas externalidades crescentemente negativas.

O aprofundamento dessa crise abriu/abre espaço para o surgimento e avanço de outras formas de organização do trabalho, conseqüência, em grande parte, da necessidade dos trabalhadores no sentido de alternativas de geração de renda. Experiências coletivas de trabalho e produção vêm se disseminando nos espaços rurais e urbanos, por meio das cooperativas de produção e consumo; das associações de produtores; das redes de produção, consumo e comercialização; das instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários; das empresas de autogestão entre outras formas de organização.

No Brasil, a economia solidária se expandiu a partir de instituições e entidades que apoiavam iniciativas de associações comunitárias, constituição e articulação de cooperativas populares, redes de produção e comercialização, feiras de cooperativismo e economia solidária, etc. Atualmente, a economia solidária tem-se articulado em vários fóruns locais e regionais, resultando na criação do Fórum Brasileiro de Economia Solidária. Hoje, além do Fórum Brasileiro, existem 27 outros estaduais com milhares de participantes (empreendimentos, entidades de apoio e rede de gestores públicos de economia solidária) em todo o território brasileiro. Foram fortalecidas ligas e uniões de empreendimentos econômicos solidários e foram criadas novas organizações de abrangência nacional (MTE, 2013).

A temática da economia solidária, aos poucos, se torna uma realidade no cenário econômico brasileiro. Seus conceitos de solidariedade e participação se espalham gerando novas iniciativas e afetando as antigas, buscando, assim, um mercado mais humanizado e menos utilitarista. Mesmo estando diante de um sistema competitivo e individualista, essas iniciativas solidárias vêm ganhando seu espaço de forma significativa (ADDOR, 2006).

Em 1994, Laville caracterizava a economia solidária como um conjunto de atividades econômicas cuja lógica é diferente tanto da lógica do mercado capitalista quanto da lógica do Estado. Ao contrário da economia capitalista, que se volta para o capital a ser acumulado, funcionando a partir das relações competitivas com objetivos de sempre buscar os interesses individuais, a economia solidária é estabelecida com base em fatores humanos, o que favorece a valorização do laço social por meio da reciprocidade, adotando formas comunitárias de propriedade. Ela se distingue também da economia estatal que exhibe autoridade central e formas de propriedade institucional (LAVILLE, 1994 apud LECHAT, 2002).

O Fórum Brasileiro de Economia Solidária define a Economia Solidária como “fruto da organização de trabalhadores e trabalhadoras na construção de novas práticas econômicas e sociais fundadas em relações de colaboração solidária”. Neste contexto, destaca-se a importância dos valores culturais, que apresentam o ser humano como sujeito e também finalidade da atividade econômica.

Nascimento (2006) afirma que as ciências econômicas por meio da economia solidária devem buscar o bem-estar da população:

Independentemente do sistema produtivo e das relações políticas da sociedade, as ciências econômicas devem buscar o bem-estar da população. Não faria sentido que todo esforço empreendido pelo Estado objetivasse apenas reduzir a relação dívida/ PIB ou mesmo aumentar o superávit primário das contas públicas. Aparentemente, esses parâmetros buscam em sua essência criar expectativas positivas para a economia, buscando pavimentar o caminho para os investimentos produtivos (NASCIMENTO, 2006, p. 4).

A Economia Solidária pode apresentar várias características. Por se tratar de ideologia, ela possui uma forma diferente de qualidade de vida e de consumo, partindo da integração e da solidariedade de toda a população mundial. O trabalho, o conhecimento e o atendimento das necessidades sociais da população são apontados como os calores centrais da Economia Solidária, iniciando-se, por uma gestão com responsabilidade perante os recursos públicos (NASCIMENTO, 2006).

A Economia Solidária pode representar uma importante ferramenta de combate à exclusão social conforme se apresentem alternativas viáveis para a geração de trabalho e renda que satisfaçam as necessidades humanas, colocando fim às desigualdades materiais e propagando os valores da ética e da solidariedade. Ela se mostra também como um grande projeto de desenvolvimento integral voltado para a sustentabilidade, a democracia participativa, a justiça econômica e social, além da preservação do meio ambiente por meio do uso racional dos recursos naturais, estabelecendo o compromisso dos poderes públicos em democratizar o poder, a riqueza e o saber, instigando uma formação estratégica de alianças entre organizações populares para que vigorem ativamente os direitos e deveres da cidadania (NASCIMENTO, 2006).

Segundo Nascimento (2006, p. 9),

A Economia Solidária propõe uma atividade econômica enraizada no seu contexto mais imediato, e tem a territorialidade e o desenvolvimento local como marcos de referência. Consumidores de diversos países definem conscientemente seus níveis de consumo com base em princípios éticos, solidários e sustentáveis.

É muito provável que o sentido mais preciso de Economia Solidária seja o de que ela é formada por um conjunto de organizações econômicas que se

caracterizam pela propriedade coletiva dos meios de produção, pela própria gestão do trabalho por meio de mecanismos para a tomada de decisões coletivas e pela formação comunitária. A partir desta definição a unidade mais simplificada de Economia Solidária é o Empreendedorismo Econômico Solidário, que pode assumir a forma de uma cooperativa, uma associação ou até mesmo um grupo informal. Com isso não se confunde com as práticas de solidariedade assistencial, de caridade ou até de responsabilidade social e ambiental, mas, antes de tudo, está interligada a uma concepção de solidariedade social fundamentalmente associada às condições de organização e autogestão do trabalho, relacionando-se também com a repartição de benefícios (BERTUCCI, 2010).

A partir desta concepção, podemos tomar quatro variações, que dizem respeito à forma com que se analisa o potencial desses empreendimentos. Para os mais otimistas, o crescimento desse tipo de empreendimento econômico mostraria um caminho evidente que, através de uma prática socialista, levaria à superação do capitalismo. Isso quer dizer que, neste ponto de vista, a organização da produção através de empreendimentos autogestionários se tornaria hegemônica (BERTUCCI, 2010, p. 52).

Para Nascimento (2006),

A Economia Solidária busca fundamentalmente a unidade entre produção e reprodução, evitando a contradição fundamental do sistema capitalista, que desenvolve a produtividade, mas exclui crescentes setores de trabalhadores do acesso aos seus benefícios, gerando crises recessivas, hoje de alcance global.

A economia solidária compreende quaisquer práticas econômicas populares que se posicionam aquém do assalariamento formal e que englobam ações individuais ou de grupos, resultando daí a solidariedade como fator da produção econômica. Essa ideia remete ao termo economia popular, que antecede o da economia solidária. Mesmo que se entenda a solidariedade como um elemento essencial, compreende-se o movimento da economia solidária para além da produção popular (BARBOSA, 2007 apud GONÇALVES, 2010).

A Economia Solidária é também um projeto de desenvolvimento integral que busca a sustentabilidade, a justiça econômica e social e a democracia participativa, além da preservação ambiental e a utilização racional dos recursos naturais. Ademais, a Economia Solidária exige o compromisso dos poderes públicos com a democratização do poder, da riqueza e do saber, e estimula a formação de alianças estratégicas entre organizações populares para o exercício pleno e ativo dos direitos e responsabilidades da cidadania.

Ainda nesse âmbito, Irion (1997, p. 39) contribui para o presente trabalho salientando que a compreensão do termo Economia Solidária está em entendermos por economia solidária:

aquela que se fundamenta na organização dos trabalhadores em empresas que tenham por base a pessoa e não o capital, a democracia, a autogestão, o livre acesso e a solidariedade entre os atuais participantes e a solidariedade para os que virão no futuro depois dos primeiros associados. Empreendimentos deste tipo se caracterizam por individualizar o capital de cada sócio e por gerarem fundos indivisíveis entre os sócios, como solidariedade futura.

Para melhor compreensão e entendimento dos termos conceituais supracitados, diz-se que a economia solidária é a resposta organizada à exclusão pelo mercado, por parte dos que não querem uma sociedade movida pela competição, da qual surgem incessantemente vitoriosos e derrotados. É antes de qualquer coisa uma opção ética, política e ideológica, que se torna prática quando os optantes encontram os de fato excluídos e juntos constroem empreendimentos produtivos, redes de trocas, instituições financeiras, escolas, entidades representativas etc., que apontam para uma sociedade marcada pela solidariedade, da qual ninguém é excluído contra a vontade.

De acordo com Gaiger (2003), os empreendimentos de economia solidária (EES) constituem a célula básica da economia solidária. Uma de suas características é a preexistência de alguma relação social entre seus trabalhadores, ou pelo menos entre uma boa parte deles, seja por já dividirem outros ambientes de trabalho, seja por serem camponeses de uma mesma localidade, ou vizinhos, familiares ou até mesmo por pertencerem a grupos étnicos afins. No caso brasileiro, os EES se organizam das mais variadas formas, como empresas recuperadas e administradas pelos próprios trabalhadores, cooperativas, associações ou grupos informais de produção de caráter suprafamiliar e comunitário, caracterizando um verdadeiro “polimorfismo” que não necessariamente está relegado à parcela mais pobre da população.

Concomitante ao exposto, devemos salientar que, além dos EES, existem no país diversas organizações que atuam no plano do fomento e fortalecimento das formas de expressão da economia solidária, tais como Organizações Não Governamentais (ONGs), movimentos sociais, fóruns nacionais e estaduais entre outros, tanto no meio urbano como no meio rural (SILVA, 2010).

Nesta pesquisa constituímos como exemplo dessas organizações solidárias o Projeto Reviver em Juazeiro do Norte (CE). Ele surgiu por meio da verificação da forte incidência de dependência química entre jovens e adultos trabalhadores na Região Integrada do Cariri Araripe,⁵ bem como na constatação da inexisten-

5 A RICA é constituída pelos municípios de Abaiara, Altaneira, Antonina do Norte, Araripe, Assaré, Aurora, Baixio, Barbalha, Barro, Brejo Santo, Campos Sales, Caririáçu, Cedro, Crato, Farias Brito, Granjeiro, Ipaumirim, Jardim, Jati, Juazeiro do Norte, Lavras da Mangabeira, Mauriti, Milagres, Missão Velha, Nova Olinda, Penaforte, Porteiras, Potengi, Salitre, Santana do Cariri, Tarrafas, Umari, Várzea Alegre, no Ceará; Araripina, Bodocó, Cedro, Exu, Granito,

cia de unidades que promovam o tratamento e reestruturação dos dependentes químicos da região.

O objetivo central do Projeto Reviver é recuperar dependentes químicos, pessoas “esquecidas” pela sociedade e pela própria família, haja vista que em muitos casos, tais dependentes estão na marginalidade para sustentar o vício e assim provocam grandes impactos familiares e sociais. Desta feita, o trabalho de cunho associativo com foco na solidariedade requer uma série de capacidades que não estão necessariamente inseridas na dinâmica capitalista de produção. Portanto, esse tipo de organização do trabalho é tido como experiência coletiva de organização econômica, na qual os indivíduos se associam para produzir e reproduzir meios de vida por meio de relações de reciprocidade e igualdade.

A partir disso, a grande questão desta pesquisa é indagar de que maneira o princípio da solidariedade que deve perpassar as iniciativas de Economia Solidária constitui estratégia de superação da marginalidade vivenciada pelos dependentes químicos. Ou seja, a instituição de um modo de existência que contemple a inclusão social como objetivo principal de uma Economia Solidária, ou seja, mais preocupada com o ser humano do que com as empresas, com a relação entre os povos do que com os meios de produção.

Para dar conta da questão central e tomar o Projeto Reviver como campo da pesquisa, objetivamos identificar na Economia Solidária estratégias de superação da marginalidade produzida pela dependência química. Especificamente, objetivamos conceituar Economia Solidária; discorrer acerca da utilização da Economia Solidária como combate à marginalidade e compreender o processo de superação da marginalidade por meio do Projeto Reviver, a fim de construir um quadro característico dos beneficiados pelo projeto.

10.2 A INSTITUIÇÃO DE UM CAMINHO METODOLÓGICO

10.2.1 Sobre o projeto

O Projeto Reviver do Cariri, criado em 2006, é uma instituição privada que cuida da recuperação de dependentes químicos cujo princípio fundamental é a solidariedade a partir da fé. Conforme o Pastor Fernandito, coordenador da instituição:

Ipubi, Moreilândia, Ouricuri, Santa Cruz, Santa Filomena, Serrita, Trindade, em Pernambuco; Acauã, Alegrete, Belém do Piauí, Betânia do Piauí, Caldeirão Grande, Campo Grande, Caridade do Piauí, Curral Novo, Francisco Macedo, Fronteiras, Marcolândia, Padre Marcos, Paulistana, Pio IX, São Julião, Simões, Vila Nova, no estado do Piauí; Bom Jesus, Bonito de Santa Fé, Cachoeira dos Índios, Cajazeiras, Conceição, Guarabira, Monte Horebe, Santa Inês, São José de Piranhas, na Paraíba.

A base é a palavra de Deus [...]. Temos as terapias operacionais e a partemédica, que é a parte da saúde, como enfermeiro, psicólogo e psiquiatra. Assistente social, nós temos essa parte que completa o tratamento e a desintoxicação. Nós temos cursos, oficinas, cursos que são ministrados como relações humanas e outros cursos que são ministrados aqui, mas, o que forma, o que muda o caráter, é o que ele vai aprender dentro da palavra de Deus.

Presentemente o projeto atende homens e mulheres – jovens e idosos – distribuídos em três unidades em conformidade com o processo de desintoxicação química. O processo tem uma duração que varia de nove a doze meses de internamento em que se trabalha com terapias ocupacionais, esportes, palestras, estudos bíblicos, artes, música, acompanhamentos médico e espiritual.



Figura 10.1 – Fachada do Projeto Reviver do Cariri.

O projeto se destina a todos aqueles que por livre vontade ou por ordem judicial buscam o Projeto Reviver do Cariri, não importando variáveis como condições financeiras, gênero, raça, partido político, entre outras.

Segundo o próprio site da instituição⁶, alguns dos objetivos do projeto são amparar os adolescentes, adultos e idosos em situação de risco, estendendo a assistência social a suas famílias; desenvolver programas beneficentes de inclusão, proteção, prevenção; articular e integrar ações públicas e privadas em rede;

6 Disponível em: <<http://projutoreviverdocariri.com.br/>>. Acesso em: 30 jun. 2016.

comprometer-se com a promoção da comunidade local, incentivando o trabalho comunitário e participativo e a integração na sociedade; oferecer o espaço para o lazer sadio, oficinas criativas em socialização e desenvolvimento humano, cultural e social; fornecer aos alunos uma formação profissional para integrá-los no mundo do trabalho e na família; oferecer e desenvolver a educação básica familiar; difundir a importância da cultura por meio da expressão artística e desportiva; promover, oferecer e desenvolver a educação para o exercício da cidadania por meio da educação moral, cívica e religiosa.

Aos dependentes que aderem ao projeto é oferecido um tratamento adequado, viabilizando o acompanhamento dos internos no primeiro mês. Eles permanecem inclusos até o nono ou duodécimo mês, quando se desintoxicam e retornam à sociedade.

10.2.2 Sobre os dados e os procedimentos

Para atender os objetivos deste trabalho utilizou-se uma base primária de dados constituídos a partir de entrevistas.

O trabalho de campo utilizou como método a pesquisa-participante, que, segundo Soares e Ferreira (2006, p. 92), “implica necessariamente a participação, tanto do pesquisador no contexto, grupo ou cultura que está a estudar, quanto dos sujeitos que estão envolvidos no processo da pesquisa”.

Segundo Garjado (1986) apud Carvalho (2013) os aspectos da pesquisa-participante, são:

- a) o objetivo é o de trabalhar com os grupos excluídos, em situações comuns de trabalho e estudo e trocar informações para colaborar na mudança das condições de dominação;
- b) o ponto de partida, o objeto e a meta da pesquisa participante são o processo de aprendizagem dos que fazem parte da pesquisa;
- c) em vez de manter distância entre o pesquisador e o grupo que vai ser examinado, tal como se exige nas ciências sociais tradicionais, propõe-se a interação. Trabalhar, talvez viver, no grupo escolhido, a fim de elaborar perspectivas e experimentar ações que perdurem, inclusive depois de terminado o projeto;
- d) no desenrolar do estudo, aspira-se a uma comunicação o mais possível horizontal entre todos os participantes; e
- e) utiliza-se o diálogo como meio de comunicação mais importante no processo conjunto de estudo e coleta de informação.

10.3 A ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE SUPERAÇÃO DA EXCLUSÃO SOCIAL PRODUZIDA PELA DEPENDÊNCIA QUÍMICA: O CASO DO PROJETO REVIVER DO CARIRI

10.3.1 Dependência química: uma abordagem conceitual

Em pleno século XXI a dependência química é vista como resultado de uso e abuso de substâncias psicoativas. Drogas lícitas e ilícitas que vêm a ter um crescimento progressivo, levando graves consequências à saúde física, psíquica e social do ser humano, refletindo-se na família e na sociedade (SANTOS, 2008).

Conforme a Organização Mundial da Saúde, citada por Santos (2008, p. 15), as substâncias psicoativas:

Ao entrarem em contato com o organismo, sob diversas vias de administração, atuam no sistema nervoso central produzindo alterações de comportamento, humor e cognição, possuindo grande propriedade reforçadora sendo, portanto, passíveis de autoadministração.

A dependência química pode ser considerada como sinônimo de escravidão, pois a pessoa chega a perder o amor próprio, o respeito por si mesmo e também a se distanciar de tudo o que faz ou poderia lhe fazer bem: é considerada uma doença grave e até mesmo incurável, podendo, porém ser controlada. Visualizando-se como doença, trata-se de um transtorno, que faz a pessoa perder totalmente o controle do uso da substância, acabando assim com sua vida emocional, psíquica, espiritual e física. É considerada doença química, pois o que provoca a dependência é uma reação química no metabolismo do corpo; a circunstância básica e única dessa “doença interna” é o uso do produto, existindo aspectos internos relacionados ao organismo que atuam ao mesmo tempo direta e indiretamente que colaboram para a alocação da doença, causando uma predisposição física e emocional para a dependência; é considerada como uma doença progressiva; trata-se de uma doença crônica que se apresenta como incurável que atinge de certa forma toda a família (SANTOS, 2008).

Conforme Silveira (2003), citado por Santos (2008, p. 17), a dependência química é:

o impulso que leva a pessoa a usar droga de forma contínua (sempre) ou periodicamente (frequentemente) para obter prazer. Alguns indivíduos podem também trazer o uso constante de uma droga para aliviar tensões, ansiedades, medos, sensações físicas desagradáveis, etc. O dependente caracteriza-se por não conseguir controlar o consumo de drogas, agindo de forma impulsiva e repetitiva.

Quando o indivíduo sente um impulso indomável é a dependência psicológica impondo a ele a necessidade de fazer o uso das drogas a fim de evitar o mal-estar. A dependência psicológica mostra várias mudanças psíquicas favorecendo a obtenção do hábito. O hábito, por sua vez, é um dos aspectos mais importantes que se considera na toxicomania, pois a tolerância junto com a dependência psíquica significa que se faz necessário o aumento das doses para adquirir os efeitos desejados. E essa tolerância é o fenômeno responsável pela necessidade constante de o indivíduo aumentar o uso da droga. Em estado de dependência psíquica, o desejo repetitivo de tomar várias doses é transformado em necessidade que, se não satisfeita, deixa o indivíduo em estado de profunda angústia (estado depressivo). Esse estado de angústia por falta da droga é bastante comum em praticamente todos os dependentes e viciados (SANTOS, 2008).

Entender e ver o fenômeno como uma doença vem amenizar para o dependente o fato na esfera moral e social. Muitos ainda desconhecem esse caso como doença. Reconhecer, como doença, aceitar, principalmente a família, seria estar iniciando o processo de resolver a temática da dependência dentro do próprio lar (SANTOS, 2008, p. 18).

Diante de todo esse contexto, pode-se afirmar que a Dependência Química é a dependência causada por qualquer substância psicoativa, ou seja, qualquer droga que modifique o comportamento e que provoque dependência (álcool, maconha, cocaína, crack, calmantes indutores de dependência ou faixa preta, entre vários outros. A dependência passa a se caracterizar a partir do momento em que o indivíduo sente que a droga é necessária para a vida, indispensável como o alimento, a água, a repouso etc. Em suma, a dependência química é uma síndrome que se caracteriza pela falta de controle no uso de determinada substância psicoativa (SANTOS, 2008).

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2001) apud Santos (2008, p. 37):

Cerca de 10% das populações dos centros urbanos de todo o mundo consomem abusivamente substâncias psicoativas independentemente de idade, sexo, nível de instrução e poder aquisitivo. Como se tem conhecimento são grandes as complicações sociais, resultantes deste abuso, visto que abala o funcionamento familiar, gerando a violência doméstica e o abuso físico e sexual. Surgem problemas no trabalho, acometendo desde a presidência até o chão da fábrica. Problemas com a habitação como, por exemplo, má manutenção da casa; problemas com vizinhos; falta de pagamento de aluguéis, luz e mudanças frequentes etc. Dificuldades financeiras; crimes; acidentes de trânsito que ocorrem por pessoas alcoolizadas e/ou drogadas, bem como a vitimização, pois a pessoa drogada torna-se alvo fácil de ladrões e criminosos violentos.

A recuperação é uma meta, o sonho de todos os dependentes químicos; dos que querem se libertar desta doença e das famílias que sofrem com o comporta-

mento inadequado das pessoas queridas, que muitas vezes os desrespeitam, gritam e até agredem fisicamente, alterações provocadas pelo uso das drogas. Essa recuperação é um trabalho que pode resultar em anos e objetiva a transformação de uma vida, que até então estava tomando um rumo terrível, marcada por brigas, egocentrismo, perdas etc.; isso tudo ocorrendo em uma vida que poderia ser produtiva (SANTOS, 2008).

10.3.2 Os internos do Projeto Reviver do Cariri e o processo de recuperação

O principal motivo pelo qual os dependentes químicos procuram o Projeto Reviver é a desintoxicação química. O tratamento tem duração de 9 (nove) a 12 (doze) meses de internamento, em que se trabalha com terapias ocupacionais, esportes, palestras, estudos bíblicos, artes, música, acompanhamentos médico e espiritual. Os entrevistados ressaltam que a intoxicação foi adquirida principalmente pelo uso de drogas ilícitas: maconha, cocaína, crack e drogas lícitas tais como as bebidas alcoólicas.

O Projeto Reviver busca recuperar dependentes químicos, ou seja, pessoas esquecidas pela sociedade e pela própria família. Diante disso, ao analisar as entrevistas, observamos que o Projeto obtém êxito no que pretende, pois cerca de 90% dos dependentes que deixam a Unidade saem total ou parcialmente recuperados. Os dependentes utilizam o seu tempo ocioso dentro do Projeto realizando atividades que auxiliem na disciplina e em seus próprios aprendizados. Um exemplo disso são as oficinas de artesanato e leitura, as quais são realizadas na biblioteca da própria instituição. Além destas estratégias, um ponto forte do processo são os estudos bíblicos, os quais são apresentados pelos idealizadores e beneficiários como a parte mais eficiente pela dimensão da espiritualidade e seus efeitos sobre o fortalecimento das novas escolhas dos dependentes.

Sobre isso um dos entrevistados ressalta que

aos olhos da humanidade aí, o dependente químico ele não tem cura, mas, pra Deus, nada é impossível. Eu me considero curado, por que eu me considero curado? Porque hoje eu tenho a fé em Cristo né, e enquanto eu tiver pegado na mão de Deus, em Jesus Cristo, enquanto eu tiver pegado na mão de Deus, eu me considero curado, e quando eu soltar as mãos de Deus, é, novamente pode ser que eu caia, porque eu já me curei.

Na participação no projeto para fins de realização desta pesquisa vimos que a maioria dos beneficiários afirma que antes de tomarem a iniciativa de procurar ajuda no Projeto era permeada por medos, fobias e principalmente falta de vontade de retomar a vida. De acordo com essas pessoas, no início do uso, as drogas provocam sensações de êxtase, bem-estar e poderio sobre tudo e todos. Por esse motivo, os usuários não conseguem parar, querem cada vez mais sentir essas sensações. Nesse contexto um dos entrevistados afirma o seguinte:

aí, as suas amizades já não eram mais aquelas saudáveis, já é daquele ramo aí da droga; aí então, fui conhecer a maconha, foi a minha primeira, primeira droga, assim que usei, foi maconha. Aí depois da maconha eu comecei a fumar cigarro, depois eu comecei a conhecer o álcool, cerveja e o álcool mesmo; e depois eu conheci a cocaína, aí depois eu fiz uma misturada, de tudo, e fiz, eu não sabia o que eu queria mais, queria beber cerveja, queria fumar cigarro, eu queria fumar maconha, eu queria cheirar cocaína, o que eu queria era endoidar, eu queria endoidar, só endoidar.

No entanto, quando o vício começa a se manifestar, a droga começa a dominar a vida do dependente e de seus familiares, como também acaba por desvincular o usuário da sociedade, impedindo-o de exercer o papel de cidadão.

De acordo com as entrevistas realizadas, constata-se que a maioria dos internos já está concluindo o tratamento, haja vista que o tempo mínimo de permanência deles no plano de recuperação é de 9 (nove) meses. No entanto, verifica-se também grande quantidade (40%) de dependentes, internados há pouco tempo. Vale ressaltar que, pelas entrevistas realizadas, pode-se concluir ainda que alguns dependentes já fugiram da Unidade por não suportar o período de abstinência das drogas, como também a solidão (saúde dos familiares). Ademais, é pertinente ressaltar que os internos possuem tempo de grande ociosidade dentro do Projeto, fator que pode gerar a vontade de fugir e novamente procurar a liberdade que eles dizem encontrar nas drogas.

Ao analisar as entrevistas, observamos que os dependentes possuem uma vontade indubitável de recuperar as suas vidas. Percebemos que a maioria, possui o mesmo desejo de recuperar a família que foi trocada pelas drogas, como também reconstruir a sua integridade com a sociedade. Ressaltam ainda que o desejo de cursar uma faculdade, melhorar a qualidade de vida por meio de um emprego com uma linhagem mais desenvolvida.

10.3.3 O Projeto Reviver do Cariri e suas especificidades

O Projeto Reviver do Cariri surgiu a partir da iniciativa do pastor Fernandito. Ele diz que após anos de dependência química foi reincluído socialmente por meio de uma casa de dependência química na cidade do Rio de Janeiro. Segundo seu próprio testemunho, “recebemos o chamado de Deus como missão e há 22 anos que a gente trabalha na recuperação de dependentes químicos”.

Contudo, embora o coordenador tenha 22 anos dedicados ao tratamento de dependentes químicos, o Projeto Reviver do Cariri tem oito anos de existência, fundado em dez de maio de 2005.

O projeto tem a capacidade de receber/abrigar 90 a 100 pessoas, estando hoje com sua capacidade total na primeira unidade e restando poucas vagas nas demais. Todas as sedes funcionam na cidade de Juazeiro do Norte, ao todo três; mas há projetos de ampliação para cinco unidades nos próximos anos.

Os internos que lá estão têm diversificadas origens. O entrevistado nos diz: “nós atendemos o Brasil todo, nós temos alunos de São Paulo a Rondônia. Na verdade nós atendemos mais pessoas de fora, do que daqui do próprio município; então as pessoas residem bem distantes daqui”.

A sustentação financeira do projeto vem de doações de terceiros e de pagamento realizado pelas famílias dos dependentes. Esse dinheiro é destinado à manutenção do local, assim como higiene e alimentação dos internos.

Levando-se em consideração que a solidariedade deve ser exercida sem discriminação de sexo, raça, nacionalidade, religião ou filiação política, pode-se dizer que a verdadeira solidariedade consiste em ajudar alguém sem receber nada em troca e sem que ninguém o saiba. Ser solidário é, na sua essência, ser desinteressado. O solidário só se move pela convicção de justiça e igualdade.

Nesse contexto, o Projeto Reviver está incluído como uma política de bem-estar e reintegração social entre os dependentes. Com isso, torna-se notório o princípio de solidariedade, no sentido de atender e orientar, de forma continuada e gratuita, pessoas que vivem em situação de vulnerabilidade social, estimulando-se assim nelas, o sentido de cidadania entre os beneficiados pelo projeto. No entanto, vale ressaltar que essa vulnerabilidade refere-se às condições sociais de interação nos grupos familiares, grupos de trabalho entre outros, pois, no que se refere à renda, vimos no projeto pessoas de todas as classes sociais serem atingidas pela dependência química.

10.4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Novas ações de experiência econômica, pautadas em princípios diferentes daqueles propagados pela economia tradicional, ganham corpo e se fortalecem no século XXI. É que, os tempos que correm são marcados por crises que se justificam menos na conjuntura do que na estrutura da economia clássica. Ou seja, é crescente o movimento que cada vez mais questiona os objetivos de maximização da produção, minimização dos custos e maximização dos lucros como única alternativa de produção e consumo. Neste cenário, partilha, comunhão e consumo consciente são apenas alguns dos conceitos que emergem a partir dos princípios da solidariedade e sustentabilidade.

A pesquisa junto ao Projeto Reviver do Cariri nos permite inferir que o trabalho com os dependentes químicos ativa princípios da economia solidária na medida em que é custeado por doações e contribuições para manutenção dos internos e sustentabilidade das ações no longo prazo. Prova disto é que já são oito anos de contribuição com a sociedade sem fins lucrativos.

A vivência com os internos e as lideranças do Projeto mostram que a grande argamassa que sustenta a possibilidade de recuperação dos internos é a fé religiosa.

Por diversas vezes, nos encontros e entrevistas, os integrantes faziam referência a Deus como única alternativa para a superação do vício.

A dimensão da solidariedade se apresenta, ainda, no fato que muitos dos dependentes que se consideram curados permanecem no Projeto como suporte ao trabalho e aos novos membros.

REFERÊNCIAS

- ADDOR, Felipe. Desafios da Economia Solidária no Brasil: uma sistematização da literatura existente. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE ECONOMIA SOLIDÁRIA: EDUCAÇÃO, POLÍTICA E INTEGRAÇÃO DA AMÉRICA LATINA. NESOL, 4., 2006, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2006. v. 1.
- BERTUCCI, Jonas de Oliveira. **A produção de sentido e a construção social da Economia Solidária**. 2010. 242 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília, DF, 2010.
- GONÇALVES, Sarah M. da S. **Economia solidária, associativismo e autogestão: uma análise de associações de artesanato de Juazeiro do Norte**. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Administração) – Curso de Administração, Universidade Federal do Ceará, Juazeiro do Norte, 2010.
- LECHAT, Noëlle Marie Paule. As raízes históricas da economia solidária e seu aparecimento no Brasil. In: SEMINÁRIO DE INCUBADORAS TECNOLÓGICAS DE COOPERATIVAS POPULARES, 2., 2002, Campinas. *Anais eletrônicos...* Campinas: Unicamp, 2002.
- NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Princípios da Economia Solidária**. Brasília, 2006. Disponível em: <www.editoraferreira.com.br/publique/media/edson_toque7.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2012.
- SANTOS, Cecilia Serapião dos. **Princípio da dignidade da pessoa humana, os portadores de dependência química e suas famílias**. 2008. 117 p. Monografia (Graduação em Direito) – Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí, SC, 2008.
- SILVA, Maria das Graças; ARAUJO, Nailsa Maria Souza; SANTOS, Josiane Soares. Consumo consciente: o ecocapitalismo como ideologia. *Rev. Katálysis*, v. 15, n. 1, p. 95-111, 2002.
- SOARES, Leandro Queiroz; FERREIRA, Mario Cesar. Pesquisa participante como opção metodológica para a investigação de práticas de assédio moral no trabalho. *Rev. Psi: Org. e Trab. R. Eletr. Psico*, Florianópolis, v. 6, n. 2, p. 85-110, 2006.

